

# Conselhos



**CIP**

CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL  
DE PORTUGAL

## Índice

Conselhos .....	3
1. Conselho da Construção, Imobiliário e Habitação .....	5
2. Conselho da Energia .....	7
3. Conselho da Logística, Transportes e Mobilidade .....	9
4. Conselho da Saúde, Prevenção e Bem-Estar .....	11
5. Conselho das Câmaras de Comércio .....	13
6. Conselho das Empresas .....	15
7. Conselho do Agroalimentar .....	17
8. Conselho do Ambiente e Sustentabilidade .....	19
9. Conselho do Comércio e Serviços .....	21
10 Conselho do Ensino Superior, Investigação e Inovação .....	23
11. Conselho para a Atração de IDE .....	25
12. Conselho para a Economia Digital .....	27
13. Conselho para a Economia do Mar .....	29
14. Conselho para a Regulação e Qualificação das Pessoas .....	31
15. Conselho para a Sustentabilidade das Contas Públicas .....	33
16. Conselho para as Relações Internacionais .....	35
17. Conselho para os Assuntos Fiscais e Segurança Social .....	37
18. Conselho Regional .....	39

## Conselhos

A construção de uma forte, presente e insubstituível comunidade empresarial, dinamizadora de um saudável ambiente económico e, sublinhe-se, promotora de riqueza, somente é concretizável através da consolidação do movimento associativo português. De resto, na acérrima prossecução dos propósitos acima enunciados, um dos maiores desafios para o mandato 2023-2027 da direção da CIP – Confederação Empresarial de Portugal é, justamente, a confederação da voz das empresas, dos seus empresários e dos seus legítimos representantes. Torna-se absolutamente urgente que todo o ecossistema empresarial sinta o valor do movimento associativo, tendo na CIP o parceiro baluarte dos seus valores empresariais.

O conturbado momento que vivemos hoje em Portugal obriga ao recentrar do debate político na procura consistente de soluções para os inúmeros desafios colocados ao País, fazendo-o de forma rigorosa, sistemática e determinada, com base em dados, com base na definição inequívoca dos objetivos e com base numa avaliação minuciosa quer dos efeitos previsíveis, quer dos resultados alcançados.

Ora, um dos principais instrumentos promovidos pela CIP nos últimos anos para encontrar essas válidas respostas são os Conselhos. Espaços de estudo, análise, debate, reflexão, orientação e ponderação que consubstanciam um alicerçado, criterioso e fundamentando pensamento estratégico sobre as mais basilares áreas da atividade económica, da governação política e do associativismo. Um conjunto de estruturas suporte, constituído por individualidades, instituições e empresas, organizadas debaixo de reconhecidas matérias públicas e lideradas por personalidades de inegável mérito, que num trabalho integrado permitem, então, a construção de um raciocínio lógico, coerente e plausível vertido em propostas substantivas.



# 1. Conselho da Construção, Imobiliário e Habitação

**Presidente:** *Fernando Santo*

No momento presente é inquestionável afirmar-se que as áreas da construção, do imobiliário e da habitação assumiram uma muito maior relevância económica e mesmo social.

Pelas dificuldades de obtenção de habitação com que as famílias (e muito em particular os jovens) se debatem, pelos elevados preços praticados no mercado de venda e de arrendamento, decorrentes da escassez de oferta, da subida muito significativa dos custos tanto com matérias-primas e materiais como com mão-de-obra, ou pelos elevados juros bancários praticados, urge debater com precisão e profundidade as razões que conduziram à situação atual e concretizar estratégias que eficazmente permitam reverter a situação.

Tendo em conta o atual contexto nacional, o Conselho da Construção, Imobiliário e Habitação apresenta os seguintes objetivos para o presente mandato:

1. Acompanhar as propostas legislativas sobre o sistema de licenciamento urbano e atividades industriais e apresentar contributos para a sua simplificação;
2. Acompanhar a evolução do mercado de habitação e apresentar contributos para alterar a legislação entretanto aprovada e que não atinja os objetivos propostos;
3. Contribuir com propostas que visem simplificar o Código dos Contratos Públicos de forma a estar alinhado com o conceito de boa gestão da contratação e execução de empreitadas financiadas por programas públicos;
4. Contribuir para as propostas que a Direção da CIP entenda solicitar sobre matérias inseridas no âmbito da CCIH;
5. Promover reuniões multilaterais com outras Confederações e Associações Empresariais com intervenções no âmbito das matérias tratadas pelo CCIH;
6. Promover no 2º trimestre de 2024, após a tomada de posse do novo Governo, um seminário sobre as dificuldades de investimento das empresas, para debater as matérias de licenciamento e os problemas de acesso à habitação, com o objetivo de apresentar propostas que visem mitigar as dificuldades existentes.
7. Este evento poderia ser repetido em cada ano, em função da evolução das medidas legislativas entretanto aprovadas;
8. Lançamento de um inquérito às empresas para conhecer os principais constrangimentos aos investimentos, no que se refere aos licenciamentos e contratação de trabalhadores condicionada pela dificuldade de acesso à habitação;
9. Atualizar o documento «Fazer Acontecer a Reabilitação Urbana» (2010);
  - Comparar o proposto com as medidas aprovadas pelos Governos após 2010;
  - Analisar a evolução do mercado e as consequências do que entrou em vigor.

**Membros:**

<b>Pedro Mendes Leal</b>	A. SILVA & SILVA	<b>Ricardo Plácido</b>	Caixa Geral de Depósitos
<b>Carlos Duarte</b>	ABIMOTA	<b>Isabel Frada</b>	Mercadona
<b>João Albuquerque</b>	ACIB	<b>Maria Martins</b>	Mercadona
<b>Mário Santos</b>	AEBraga	<b>Vitor Agra</b>	JRC-Construção e Obras Públicas, SA
<b>Salvador Morais</b>	AERLIS	<b>Pedro Bagulho</b>	Mota-Engil
<b>Luís Fonseca</b>	AGEFE	<b>Reinaldo Teixeira</b>	NERA
<b>Fátima Rato</b>	ATIC	<b>Joana Caldeira</b>	NERGA
<b>João Folque Patrício</b>	Banco BPI	<b>Afonso Pereira</b>	SONAE
<b>António Manuel Soares Fontes</b>	Banco Santander Totta	<b>Ilídio de Ayala Seródio</b>	Convidado
<b>Edite Cheira</b>	Caixa Económica Montepio Geral	<b>João Freitas Fernandes</b>	Convidado

## 2. Conselho da Energia

**Presidente:** *Nuno Afonso Moreira*

**Vice-Presidentes:** *Luís Delgado (Bondalti) e Pedro Amaral Jorge (APREN)*

Os imperativos da transição energética e o objetivo comum europeu de caminhar para a neutralidade carbónica no horizonte de 2050 marcam claramente as agendas políticas e as estratégias a adotar pelos agentes económicos que, neste quadro exigente, procuram manter a competitividade.

Mas, para além deste desafio estrutural, ainda enfrentamos fatores de incerteza nos mercados da energia, os quais são agravados pelas vulnerabilidades e, também, incertezas na disponibilidade de matérias críticas necessárias aos investimentos que permitirão realizar a referida transição energética.

Os preços dos vários produtos energéticos terão de constituir, também, uma preocupação deste Conselho da Energia.

Assim, tendo em conta este contexto, o Conselho da Energia considera os seguintes objetivos para o presente mandato:

1. Acompanhar as propostas legislativas e as orientações da Comissão Europeia relativas à transição energética e aos mercados da energia, bem como a legislação e medidas que, ao nível nacional, as traduzem;
2. Manter o diálogo com as instituições públicas nacionais com competências na área da energia e apoiar a Direção da CIP nos necessários contactos com o Governo;
3. Promover o diálogo e partilha de preocupações entre os Associados da CIP, sempre com o objetivo de identificação de problemas e a procura de propostas que permitam resolver, minorar ou esclarecer essas questões.
4. Promover ou apoiar iniciativas que contribuam para um melhor desempenho das atividades económicas na área da energia.

**Membros:**

<b>Henrique Ferreira</b>	ABIMOTA	<b>Francisco Frazão Guerreiro</b>	CERTIF
<b>João Albuquerque</b>	ACIB	<b>Ricardo Emilio</b>	Dourogás
<b>António Ricca</b>	ACP	<b>Eduardo Viana</b>	Dourogás
<b>Carlos Vaz</b>	AE Braga	<b>Sandra Pinto</b>	EDP
<b>João Nuno Serra</b>	AE BB	<b>Rui Cardoso</b>	Fábrica Torrejana
<b>Duarte Alcântara</b>	AERLIS	<b>Duarte Vaz Pinto</b>	Floene
<b>Adão Ferreira</b>	AFIA	<b>António Pires de Andrade</b>	Grupo Valouro
<b>Nuno Lameiras</b>	AGEFE	<b>Arlindo de Carvalho</b>	HyChem
<b>Mário Pinho</b>	AI NAVAIS	<b>Hugo Vieira</b>	Mercadona
<b>Henrique Ferreira</b>	AIDA CCI	<b>Pedro Matias</b>	ISQ
<b>Carlos Silva</b>	AIMMAP	<b>João Araújo dos Santos</b>	Jerónimo Martins
<b>Manuel Tarré</b>	ALIF	<b>Vitor Agra</b>	JRC-Construção e Obras Públicas
<b>Pedro Serra Ramos</b>	ANEFA	<b>Nuno Alexandre</b>	Mota-Engil
<b>João Pombo</b>	ANICP	<b>Jorge Guerreiro</b>	NERA
<b>Isabel Tato</b>	ANICP	<b>Paulo Ferreira</b>	NERLEI
<b>Fernando Mendes</b>	ANIMEE	<b>Luís Simões</b>	NERSANT
<b>Jaime Regojo Velasco</b>	ANIVÉC/APIV	<b>Pedro Furtado</b>	REN
<b>Adolfo Martinho</b>	APDC	<b>António Andrade Tavares</b>	RENOVA
<b>Cristina Câmara</b>	APED	<b>Alvaro Alvarez</b>	Siderurgia Nacional
<b>Viviana Nobre</b>	APED	<b>João Marinho</b>	Siderurgia Nacional
<b>Alexandra Ferreira</b>	APF	<b>Esther Jara</b>	Siderurgia Nacional
<b>Paulo Pires</b>	APICER	<b>Luís Marçal</b>	SIEMENS
<b>Teresa Borba</b>	APIGRAF	<b>Frederico Mota</b>	SONAE
<b>Paulino Ribeiro</b>	APIGRAF	<b>António Sousa Patrício</b>	SUGAL
<b>Carla Pedro</b>	APQuímica	<b>Rui Boavida</b>	Tabaqueira
<b>Jaime Carvalho</b>	APQuímica	<b>Frederico Pisco</b>	The Navigator Company
<b>Pedro Amaral Jorge</b>	APREN	<b>Teresa Ponce de Leão</b>	Convidado
<b>Marta Feio</b>	ATIC	<b>Guido Albuquerque</b>	Convidado
<b>Carlos Abreu</b>	ATIC	<b>António Cavalheiro</b>	Convidado
<b>Sandro Conceição</b>	ATIC	<b>Ricardo Nunes</b>	Convidado
<b>João Pedro Capa</b>	ATIC	<b>Paulo Preto dos Santos</b>	Convidado
<b>Mendonça e Costa</b>	ATIC	<b>Luís M. Martins</b>	Convidado
<b>João Costa</b>	ATP	<b>João Torres</b>	Convidado
<b>Ana Rosas Oliveira</b>	Banco BPI	<b>José Baptista Pereira</b>	Convidado
<b>João Pedro Paul</b>	Banco Santander Totta	<b>Ivone Rocha</b>	Convidado
<b>Ana Fernandes</b>	Biond	<b>José Carvalho Netto</b>	Convidado
<b>Teresa Marques</b>	BONDALTI Capital	<b>Paulo Carmona</b>	Convidado
<b>Mesquita Sousa</b>	BONDALTI Capital		



### 3. Conselho da Logística, Transportes e Mobilidade

**Presidente:** *Eduardo Rangel*

**Vice-Presidente:** *Nuno Rangel* (Rangel Invest)

Os desafios económicos do presente representam um fortíssimo risco para as empresas e sociedades em geral, mas podem também constituir-se como poderosas oportunidades de evolução e progresso.

As sérias dificuldades logísticas que subsistem ainda fruto das disrupções provocadas pela pandemia, agravadas agora pela Guerra na Ucrânia e, mais recentemente, pelo conflito entre Israel e o Hamas, colocam desafios a todos os Países mas com intensidade diferente para os que são mais pequenos e com economias mais abertas.

As drásticas alterações tecnológicas atuais, de que os meios de transporte são um forte exemplo, as exigências e restrições de carácter ambiental, ou a volatilidade dos preços das energias, constituem enormes desafios atuais e futuros que importa transformar em oportunidades.

Também nos hábitos dos cidadãos, nas suas preferências e na crescente exigência no que respeita à mobilidade, as transformações são crescentes e de impactos muito significativos.

Assim, o Conselho da Logística, Transportes e Mobilidade na assunção das suas responsabilidades de auscultação, reflexão, debate e construção de soluções, dará especial atenção aos seguintes vetores:

- Identificação e atualização (estudo) dos fatores de competitividade de Portugal no setor da logística, impulsionadores das exportações nacionais e da atração de investimento externo;
- Modernização das cadeias logísticas face aos novos desafios tecnológicos;
- Oportunidades de investimento no novo contexto económico de reindustrialização;
- Atração e retenção de talento humano no setor da logística;
- Fomento dos centros de desenvolvimento de conhecimento na área da logística, com foco nas universidades e no ensino que inclua experiências em contexto empresarial;
- Descarbonização e apoios do Governo à reestruturação de plataformas logísticas e frotas das empresas;
- Impacto dos custos da energia e transformação do setor da logística;
- Desafios às empresas nos novos paradigmas da mobilidade urbana (ex.: restrições de circulação).

**Membros:**

<b>João Miranda</b>	ABIMOTA	<b>Gonçalo Castelo Branco</b>	EDP
<b>Alberto Gonçalves Pereira</b>	AE Braga	<b>Arlindo de Carvalho</b>	HyChem
<b>Rui Jorge Rego</b>	AERLIS	<b>Eduardo Pires</b>	Mercadona
<b>Ana Reis Mota</b>	AES	<b>Pilar Benajas</b>	Mercadona
<b>José Couto</b>	AFIA	<b>Sofia Alves</b>	JRC-Construção e Obras Públicas
<b>Mário Pinho</b>	AI NAVAIS	<b>Antonieta Marques</b>	NERGA
<b>Fernando Paiva de Castro</b>	AIDA CCI	<b>Luís Manuel Dionísio Marques</b>	Rangel Invest
<b>Pascal Ballayer</b>	ANETIE	<b>Rui Marques</b>	RENOVA
<b>Isabel Tato</b>	ANICP	<b>João Gouveia</b>	SIEMENS
<b>César Araújo</b>	ANIVEC/APIV	<b>Frederico Mota</b>	SONAE
<b>Pedro Loução</b>	APDC	<b>Ricardo Ramos</b>	SUGAL
<b>Diogo Galhoz</b>	APED	<b>Rui Minhós</b>	Tabaqueira
<b>Rui Martins</b>	APED	<b>Nuno Soares</b>	The Navigator Company
<b>Vasco Almeida</b>	Caixa Económica Montepio Geral	<b>Bruno Faneco</b>	TRIVALOR
<b>Pedro Pimentel</b>	CENTROMARCA	<b>Raúl Magalhães</b>	Convidado
<b>Francisco Frazão Guerreiro</b>	CERTIF	<b>António Pires</b>	Convidado
<b>Rui Bolas</b>	CIMPOR	<b>António Nabo Martins</b>	Convidado
<b>João Filipe Jesus</b>	DOUROGÁS		

## **4. Conselho da Saúde, Prevenção e Bem-Estar**

**Presidente:** *João Almeida Lopes*

**Vice-Presidente:** *Oscar Gaspar (APHP)*

O Conselho da Saúde, Prevenção e Bem-Estar da CIP – Confederação Empresarial de Portugal agrega as empresas e as associações empresariais do setor da Saúde e assume o objetivo da promoção da Saúde, nomeadamente pela criação de valor económico e social que estas entidades aportam e pelo contributo acrescido que podem dar às condições de saúde dos portugueses e à economia nacional.

O Conselho da Saúde, Prevenção e Bem-Estar da CIP salienta a necessidade de ver reconhecido o valor económico da Saúde e a importância estratégica deste setor para o aumento do valor acrescentado nacional, nomeadamente através da criação de mais emprego qualificado, da crescente produção e exportação, do desenvolvimento tecnológico, de mais investimento externo e do incentivo à investigação e desenvolvimento.

O setor privado da Saúde pode contribuir ainda mais para a economia do País e ser uma alavanca essencial para o desenvolvimento. Mais economia da Saúde significará mais Saúde para os portugueses e mais economia para o País.

O setor privado da Saúde é constituído por mais de 30 mil empresas, que empregam mais de 146 mil pessoas e geram anualmente um valor acrescentado bruto superior a 6,7 mil milhões de euros e, como tal, a Saúde não pode ser discutida em Portugal apenas pela componente financeira do Serviço Nacional de Saúde (SNS) mas por toda a riqueza que gera e pode gerar para a economia e para a sociedade.

O Conselho propõe continuar a realizar um trabalho sistemático, com grande participação por parte dos seus membros, dinâmica de alargamento e representatividade dos agentes económicos dos diversos setores da Saúde para, num projeto conjunto e articulado, apresentar ao País propostas que promovam a Saúde como setor económico e estratégico.

Assumindo que a Saúde é uma das maiores preocupações dos portugueses e que o investimento em Saúde beneficia outros setores de atividade, a atuação do Conselho da Saúde, Prevenção e Bem-Estar da CIP continuará a pautar-se pelo objetivo de assumir a Saúde como uma prioridade nacional.

**Membros:**

<b>João Albuquerque</b>	ACIB	<b>João Capa</b>	ATIC
<b>Maria José de Barros</b>	ACP	<b>Patrícia Madeira</b>	Banco Santander Totta
<b>Nuno Flora</b>	ADIFA	<b>José Redondo</b>	BIAL
<b>Pedro Fraga</b>	AE Braga	<b>José Couto</b>	CEC /CCIC
<b>Ana Palmeira de Oliveira</b>	AE BB	<b>Alexandra Queirós</b>	CENTROMARCA
<b>José Malta</b>	AEC	<b>Ema Paulino</b>	FARMINVESTE
<b>Sónia Lourenço</b>	AERLIS	<b>Nuno Cardoso</b>	FARMINVESTE
<b>Marina Marques António</b>	AESINTRA	<b>Ana Maria Couras</b>	FIOVDE
<b>André Jorge</b>	AGEFE	<b>António Barros Neves</b>	FNS
<b>Maria de Belém Roseira</b>	Altice Portugal	<b>Paula Alves</b>	iBET
<b>Ruben Silva</b>	ANNEIDE	<b>Paulo Teixeira</b>	Laboratórios Pfizer
<b>Artur Miler</b>	ANPL	<b>João Lopes</b>	Laboratórios Medinfar
<b>Vasco Mendes de Almeida</b>	APDC	<b>Nídia Afonso</b>	Merck Sharp & Dohme
<b>Vera Conde</b>	APED	<b>Luís Pedro Silva</b>	Organon Portugal
<b>Maria do Carmo Neves</b>	APOGEN	<b>André Vasconcelos</b>	Roche
<b>Luís Abrantes</b>	APOGEN	<b>Francisco Monteiro</b>	SONAE
<b>João Paulo Nascimento</b>	APOGEN	<b>Rui Boavida</b>	Tabaqueira
<b>Ana Valente</b>	APOGEN	<b>Sandra João Pires</b>	TRIVALOR
<b>Maria Antonieta Lucas</b>	APORMED	<b>Marta Santos</b>	Convidada
<b>Miguel Guimarães</b>	APS		

## 5. Conselho das Câmaras de Comércio

**Presidente:** *Bruno Bobone* (CCIP)

O Conselho das Câmaras de Comércio existe para coordenar os objetivos destas instituições e dos seus membros, de forma a defender os interesses da comunidade empresarial e garantir que as Câmaras de Comércio, trabalhando num sentido comum, possam ser cada vez mais uma força dinâmica e eficaz para o crescimento económico das empresas e da economia portuguesa.

O Conselho desempenha um papel crucial de assessoria.

Ajuda a identificar questões e desafios que afetam a comunidade empresarial e formula estratégias para coordenar o trabalho das Câmaras de Comércio no sentido de encontrar as soluções para os enfrentar, envolvendo a colaboração de várias entidades políticas e empresariais, promovendo medidas e políticas específicas que apoiem as empresas e o desenvolvimento económico.

Dos propósitos do Conselho das Câmaras de Comércio destacam-se:

- Definir e articular uma visão estratégica clara, em estreita colaboração com todos os seus membros;
- Promover a sua missão e os seus valores, trabalhando para fortalecer a representatividade e a relevância da organização na comunidade empresarial;
- Agir em estreita colaboração com todos os membros, no sentido de desenvolver e implementar estratégias que promovam o crescimento económico, a inovação e o sucesso de todos;
- Estabelecer e manter parcerias estratégicas que contribuam para os objetivos estabelecidos.

**Membros:**

<b>Miguel Leichsenring Franco</b>	ACP	<b>Pedro Paes do Amaral</b>	APIP
<b>Rui Marques</b>	AEBraga	<b>Rogério Hilário</b>	CEC
<b>Paulo Vasconcelos Afonso</b>	AERLIS	<b>Pedro Matias</b>	ISQ
<b>Elisabete Rita</b>	AIDA CCI	<b>Cecília Amaro</b>	NERGA
<b>Eloi Guterres</b>	ANETIE	<b>Henrique Carvalho</b>	NERLEI
<b>Marta Azevedo</b>	ANICP	<b>António Sousa Patrício</b>	SUGAL
<b>Ana Lisa Carvalho de Sousa</b>	ANIVEC/APIV	<b>Rui Boavida</b>	Tabaqueira

## 6. Conselho das Empresas

**Presidente:** *Armindo Monteiro*

**Vice-Presidente:** *Leonor Sottomayor* (SONAE)

O Conselho das Empresas tem como principal foco o reforço do papel das empresas no esforço coletivo de transformação económica, desenvolvimento social e reforma do Estado, como instrumentos de promoção de bem-estar e progresso do País.

A mobilização das empresas é fundamental não apenas para a criação de valor, mas também para gerar mais oportunidades para todos e assim combater assimetrias e desigualdades.

Só com um tecido empresarial dinâmico e moderno será possível recuperar atrasos estruturais, melhorar os níveis de vida das famílias portuguesas, criar oportunidades para que os jovens se autonomizem e encontrem condições que lhes permitam contruir uma vida autónoma e feliz em Portugal.

O Conselho das Empresas visa reafirmar estes compromissos, mas também encontrar soluções para os estrangulamentos e barreiras com que os empregadores se deparam, nomeadamente nas áreas legal e fiscal, nas infraestruturas, nos processos de licenciamento industrial ou ambiental, na contração, na burocracia, na ineficiência de tantas entidades e organismos públicos.

Todos estes desafios e propósitos revestem-se de maior relevância – e mesmo urgência – num contexto de fortíssima instabilidade e incerteza.

A instabilidade interna, decorrente da demissão do Governo e da dissolução da Assembleia da República, cria novos riscos e dificuldades ao investimento pela imprevisibilidade política dos próximos meses. Esta realidade acresce à instabilidade dos mercados internacionais, decorrente ainda dos efeitos da pandemia, mas também em consequência da continuada Guerra na Ucrânia e agora de mais um conflito armado entre Israel e o Hamas.

A incerteza na evolução dos preços de relevantes bens e matérias-primas, as significativas subidas das taxas de juro, a permanência de constrangimentos nas cadeias logísticas, são elementos que permitem antecipar um agravamento da já registada desaceleração económica da Europa.

O Conselho das Empresas constitui um espaço de análise e discussão destas matérias, buscando estratégias e soluções para as empresas e para o País, com o contributo conhecedor, experiente e motivado de inúmeros Associados.

**Membros:**

<b>Pedro Monteiro Coelho</b>	Banco BPI	<b>Inês Santos</b>	Mercadona
<b>Amílcar Lourenço</b>	Banco Santander Totta	<b>João Manuel May Pereira da Cruz</b>	J. Pereira da Cruz
<b>Pedro Marques Henriques</b>	Bondalti	<b>Filipa Mota e Costa</b>	Janssen
<b>José Carlos Mateus</b>	Caixa Económica Montepio Geral	<b>António Serrano</b>	Jerónimo Martins
<b>Francisco Cary</b>	Caixa Geral de Depósitos	<b>Paulo Teixeira</b>	Laboratórios Pfizer
<b>Diogo Felgueiras</b>	CIMPOR	<b>João Nuno Palma</b>	Millennium BCP
<b>Ricardo Martinho</b>	Companhia IBM	<b>Nuno Manuel da Silva Amado</b>	Millennium BCP
<b>Eduardo Paço Viana</b>	Dourogas	<b>Sofia Ferreira</b>	Organon Portugal
<b>Ricardo Ferreira</b>	EDP	<b>Eduardo da Silva Rangel</b>	Rangel Invest
<b>Vanda Sofia Rodrigues de Jesus</b>	iCapital	<b>Alvaro Alvarez</b>	Siderurgia Nacional
<b>Gabriel Sousa</b>	Floene Energias	<b>Ana Isabel Trigo Morais</b>	Sociedade Ponto Verde
<b>Jorge Lúcio</b>	Galp	<b>Manuel Alfredo da Cunha José de Melo</b>	Sovena Group
<b>Marco Belo Galinha</b>	Grupo Bel	<b>Pedro Nunes Santos</b>	Tabaqueira
<b>António Albino Pires de Andrade</b>	Grupo Valouro	<b>Maria do Carmo Neves</b>	Tecnimede
<b>Manuel Gil Antunes</b>	HyChem	<b>Gonçalo Castro de Medina Figueiredo de Barros</b>	TRIVALOR
<b>Teresa Cardoso de Menezes</b>	INFORMA D&B		



## 7. Conselho do Agroalimentar

**Presidente:** *Jorge Henriques*

**Vice-Presidente:** *António Serrano* (Jerónimo Martins)

O setor do Agroalimentar em Portugal tem registado uma muito significativa e positiva evolução nos últimos anos.

A qualidade e a diversidade dos produtos granjearam a adesão dos consumidores nacionais e estrangeiros, com um forte aumento das vendas e das exportações.

Fruto da modernização tecnológica nas mais diversas vertentes, o Agroalimentar é hoje um sector com uma contribuição assinalável no PIB, tendo conseguido ultrapassar inúmeros obstáculos tidos como estruturais, em muito graças ao associativismo empresarial por se tratar de uma fileira constituída essencialmente por PME's.

Os desafios que subsistem, assim como novos problemas com que a economia nacional se confronta, exigem uma ainda mais intensa cooperação, tanto na identificação e caracterização dos problemas e debilidades, como, principalmente, na concretização de estratégias de resolução dos mesmos.

A nível do mercado, o ecossistema agroalimentar enfrenta grandes desafios, tais como a globalização, as alterações climáticas, a urbanização, a evolução das exigências dos consumidores, a renovação geracional e a forte concorrência dos Países terceiros.

Numa perspetiva basilar, importa melhorar e requalificar a atual mão-de-obra e tornar o ecossistema agroalimentar mais atraente para os jovens, proporcionando simultaneamente uma perspetiva de carreira e de aprendizagem ao longo da vida, quer para os empregadores, quer para os trabalhadores.

O Conselho do Agroalimentar é um órgão de consulta da CIP – Confederação Empresarial de Portugal que visa promover o desenvolvimento e a competitividade do subsector Agroalimentar através da elaboração de propostas e recomendações, a transmitir à Direção da CIP e junto dos diferentes parceiros.

O Conselho aprovou como objetivo geral para 2023-2024:

- A identificação dos principais riscos e obstáculos na cadeia de valor do Agroalimentar, nomeadamente as implicações do quadro regulatório europeu na cadeia de valor;
- a escassez de água;
- as alterações climáticas;
- o licenciamento;
- a fiscalidade;
- as dificuldades ao nível da mão-de-obra;
- o financiamento;
- a importância da coesão associativa.

**Membros:**

<b>Francisco Pereira</b>	AEBraga	<b>Rui Cardoso</b>	Fábrica Torrejana, S.A.
<b>João Tiago Carapau</b>	AERLIS	<b>Jaime Piçarra</b>	FIPA
<b>Joaquim Camilo</b>	AESINTRA	<b>Pedro Queiroz</b>	FIPA
<b>Lígia Maria de Sá Pode da Cruz Coelho</b>	AIDA CCI	<b>Carlos Duarte</b>	FORESTIS
<b>Manuel Tarré</b>	ALIF	<b>Rosário Alves</b>	FORESTIS
<b>Pedro Serra Ramos</b>	ANEFA	<b>Pedro Barraco</b>	Mercadona
<b>Octavio Pinto</b>	ANETIE	<b>David da Costa Simão</b>	NERBE/AEBAL
<b>Isabel Tato</b>	ANICP	<b>Nuno Ferreira</b>	NERGA
<b>Vera Conde</b>	APED	<b>Luís Avides Moreira</b>	Ramirez & Companhia
<b>João Folque Patrício</b>	Banco BPI	<b>Leonor Sottomayor</b>	SONAE
<b>Patrícia Piedade Madeira</b>	Banco Santander Totta	<b>Frederico Mota</b>	SONAE
<b>Vasco Almeida</b>	Caixa Económica Montepio Geral	<b>Nuno Santos</b>	Sovena
<b>Ricardo Plácido</b>	Caixa Geral de Depósitos	<b>António Sousa Patrício</b>	SUGAL
<b>Ana Carvalhais Brites</b>	Caixa Geral de Depósitos	<b>João Covas Simões</b>	TRIVALOR
<b>Pedro Pimentel</b>	CENTROMARCA	<b>Idalino Leão</b>	Convidado
<b>Nuno Thomaz</b>	CENTROMARCA	<b>Arlindo Cunha</b>	Convidado

## 8. Conselho do Ambiente e Sustentabilidade

**Presidente:** *Mário Jorge Machado*

**Vice-Presidente:** *Ana Maria Couras (FIOVDE), Luís Saldanha da Gama (APQuímica) e Luís Realista (convidado)*

A criação de valor é hoje indissociável da sustentabilidade. As exigências dos consumidores e as normas técnicas e regulamentares impõem que todo o ciclo de vida do produto incorpore a dimensão da sustentabilidade, desde a conceção, aos processos de produção, à comercialização, passando pela reparabilidade e reutilização, até à reciclagem, sendo crucial para estas últimas fases que se consolide um mercado concorrencial que torne eficazes os esforços conducentes a uma economia circular.

Os objetivos de descarbonização e circularidade do Pacto Ecológico Europeu e o impacto da guerra na Ucrânia vieram acentuar o desafio da utilização eficiente dos recursos e a necessidade de adaptação rápida das empresas. As novas exigências ESG (*Environmental, Social and Governance*) impactam não só as grandes empresas, mas também as pequenas, médias e microempresas que fazem parte de cadeias de valor abrangentes e/ou precisem de recorrer a entidades financeiras.

Neste mandato, serão debatidos os entraves e dificuldades das empresas para implementar a tão desejável transição em termos de circularidade e descarbonização, e desenvolvidas propostas sobre como promover a aceleração dessa transição e a adoção de uma política de sustentabilidade que represente mais valias para o ambiente, para as pessoas e para a economia.

No âmbito do mandato deste Conselho, e tendo em conta o enquadramento atual e as previsões dos temas que mais impacto terão nas empresas, estas são as temáticas prioritárias para 2024:

1. Acompanhar os processos legislativos em curso ou previstos concluir em 2024 como sejam, a nível europeu, a nova Diretiva das Emissões Industriais, o Regulamento de Conceção Ecológica de Produtos Sustentáveis, o Regulamento de Embalagens e Resíduos de Embalagens, o período transitório de implementação do novo instrumento de política climática, e o Mecanismo de Ajuste de Carbono nas Fronteiras;
2. Já a nível nacional, temos a implementação do novo UNILEX (regime jurídico que unifica a gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor), a revisão do Regulamento Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) e o Plano de Ação para a Economia Circular 2023-2027;
3. A nível da gestão de fluxos específicos, e da Responsabilidade Alargada do Produtor, esperam-se desafios no que toca ao licenciamento das Entidades Gestoras, e da ecomodelação das prestações financeiras;
4. Neste Conselho procurar-se-á ainda acompanhar a evolução das iniciativas nacionais relacionadas com ESG, procurando desenvolver propostas com vista a apoiar as próprias associações no apoio às empresas suas associadas;
5. Continuaremos a assegurar a informação e atualização das empresas em todas as matérias e desenvolvimentos relacionados com política ambiental e climática.

**Membros:**

<b>Pedro Araújo</b>	ABIMOTA	<b>Marta Feio</b>	ATIC
<b>João Albuquerque</b>	ACIB	<b>Ana Paula Dinis</b>	ATP
<b>Mariana Chaves</b>	ADIFA	<b>Cristina Casalinho</b>	Banco BPI
<b>Fernando Lopes</b>	AEBraga	<b>Maria Cristina Antunes</b>	Banco Santander Totta
<b>Francisco Teixeira</b>	AERLIS	<b>Ana Fernandes</b>	Biond
<b>Adão Ferreira</b>	AFIA	<b>Paula Viegas</b>	Caixa Económica Montepio Geral
<b>Daniel Ribeiro</b>	AGEFE	<b>Filipa Carmona</b>	Caixa Geral de Depósitos
<b>André Jorge</b>	AGEFE	<b>Alexandra Queirós</b>	CENTROMARCA
<b>Fernando Soares</b>	AHRESP	<b>Francisco Frazão Guerreiro</b>	CERTIF
<b>Mário Pinho</b>	AI NAVAIS	<b>Gonçalo Costa Andrade</b>	Companhia IBM Portuguesa
<b>Carla Gonçalves</b>	AIMMAP	<b>Ricardo Emilio</b>	DOUROGÁS
<b>Ana Paula Estáquio</b>	AISET	<b>Carolina Duque</b>	E-Cycle
<b>José Maurício Costa</b>	Altice Portugal	<b>Sara Goulartt</b>	EDP
<b>Pedro Serra Ramos</b>	ANEFA	<b>Rui Cardoso</b>	Fábrica Torrejana
<b>Sofia Noites</b>	ANEME	<b>Margarida Bento</b>	FIPA
<b>Pascal Ballayer</b>	ANETIE	<b>Duarte Vaz Pinto</b>	Floene
<b>João Pombo</b>	ANICP	<b>António Barros Neves</b>	FNS
<b>Isabel Tato</b>	ANICP	<b>Patrícia Cecílio</b>	HyChem
<b>António Joaquim Pacheco Ferreira</b>	ANIMEE	<b>Daniel Guimarães</b>	Mercadona
<b>Marta Epifanio</b>	ANIMEE	<b>Plácido Albuquerque</b>	Mercadona
<b>Luís Hall de Figueiredo</b>	ANIVCE/APIV	<b>Pedro Matias</b>	ISQ
<b>Filipe Novais</b>	ANPL	<b>Teresa Diogo</b>	Jerónimo Martins
<b>Carla Ferreira Pinto</b>	APCC	<b>Sofia Alves</b>	JRC-Construção e Obras Públicas
<b>João Ferreira</b>	APCOR	<b>Mónica Ventosa</b>	Laboratórios Pfizer
<b>Gema Brea</b>	APDC	<b>Salvador da Cunha</b>	Merck Sharp & Dohme
<b>Cristina Câmara</b>	APED	<b>Teresa Rolo</b>	MICROLIME
<b>Viviana Nobre</b>	APED	<b>Marta Neves</b>	Mota-Engil
<b>Maria Marques</b>	APF	<b>José Pinto</b>	NERLEI
<b>Alexandra Ferreira</b>	APF	<b>Luís Marques</b>	Rangel Invest
<b>Susana Rodrigues</b>	APICER	<b>Eva Fraguela</b>	Siderurgia Nacional
<b>Teresa Borba</b>	APIGRAF	<b>Luisa Pinheiro</b>	Sociedade Ponto Verde
<b>Ana Paula Barros</b>	APIMA	<b>Patricia Rodrigues</b>	Sociedade Ponto Verde
<b>Nuno Aguiar</b>	APIP	<b>Frederico Mota</b>	SONAE
<b>Carla Pedro</b>	APQuímica	<b>António Sousa Patrício</b>	SUGAL
<b>Susana Gomes</b>	APQuímica	<b>Rosalina Tanganho</b>	Tabaqueira
<b>Célia Marques</b>	ASSIMAGRA	<b>José Nordeste</b>	The Navigator Company
<b>Alfredo Cardeira</b>	ATIC	<b>João Bruno da Costa</b>	TRIVALOR
<b>Paulo Rocha</b>	ATIC		

## 9. Conselho do Comércio e Serviços

**Presidente:** *José Nogueira de Brito*

**Vice-Presidente:** *Jorge Henriques (FIPA), Nuno Fernandez Thomaz (CERNROMARCA), Alexandre Bastos (AHRESP)*

O setor do comércio e serviços tem um peso significativo na economia de Portugal e que importa reconhecer como um ecossistema vital para o desenvolvimento económico e social do País. Segundo os dados mais recentes do INE, no segundo trimestre de 2023, o emprego no comércio já representa mais de 14%. Em números absolutos, a atividade do comércio emprega mais de 696 mil pessoas.

A dimensão do setor e a sua relevância para a economia e sociedade, justificam só por si a existência de um Conselho do Comércio e Serviços na CIP – Confederação Empresarial de Portugal para debater os desafios, propósitos e objetivos de um conjunto de empresas e áreas de negócio que querem continuar a crescer de forma sustentada, para bem do País.

É assim, desde logo, fundamental para este Conselho promover o reconhecimento do contributo, importância e relevância do sector e das suas empresas e associações para um Portugal mais moderno e desenvolvido, mais sustentável e inclusivo.

Pretende-se, de uma forma eficiente e com propostas concretas, discutir e analisar temas, na sua maioria, já identificados e de extrema relevância para a sustentabilidade dos negócios, de que são exemplo a transição climática e digital, a Inteligência Artificial e o trabalho do futuro, a formação e reestruturação dos recursos humanos ou a modernização dos meios de pagamento, sem esquecer as necessárias ações de descarbonização, a produção sustentável ou a correta gestão de resíduos.

Se aliarmos a estes temas globais, as questões que o País enfrenta, do ponto de vista da desburocratização, da necessidade de uma fiscalidade mais amiga das empresas e dos consumidores, de processos legislativos mais participativos, transparentes e eficientes, só para dar alguns exemplos, facilmente se entende que as seis reuniões que o Conselho pretende promover em cada ano terão agendas completas e plenas de interesse para os participantes.

É também intenção desta presidência, promover o debate e a partilha de conhecimento nestas reuniões de trabalho que não deverão ocupar mais de 2h por sessão.

No entanto, para além da agenda habitual, pretende esta presidência contar com a participação de convidados de elevado interesse e valor para os temas em agenda, que possam facilitar o debate e a partilha de ideias e conhecimento entre os participantes.

Será com base nos resultados destas reuniões que se pretende que saiam propostas concretas junto dos diferentes *stakeholders* para defender o setor, com posições concretas em temas de interesse comum para os Associados da CIP, e promover o papel do comércio no contributo para o desenvolvimento do País.

Apostados em fazer deste Conselho um elemento agregador de vontades e de defesa da atividade económica eficiente, pretende-se criar condições para dotar a CIP de conhecimento e tomadas de posição claras em defesa da iniciativa privada, em prol do crescimento económico e social do País.

**Membros:**

<b>Jorge Macedo</b>	ACP	<b>Carla Santa Pratas</b>	Caixa Geral de Depósitos
<b>Rui Marques</b>	AEBraga	<b>Tomás Martins</b>	CEC
<b>Cristina Antunes</b>	AEC	<b>Pedro Pimentel</b>	CENTROMARCA
<b>Salvador Morais</b>	AERLIS	<b>Francisco Peixoto</b>	CEVAL
<b>Ana Reis Mota</b>	AES	<b>Paulo Gouveia</b>	FARMINVESTE
<b>Joaquim Viegas Simão</b>	AESINTRA	<b>Pedro Queiroz</b>	FIPA
<b>Olga Figueiredo</b>	AESINTRA	<b>Nuno Castro Marques</b>	FNS
<b>José Coutinho</b>	AGEFE	<b>Inês Santos</b>	Mercadona
<b>Manuel Tarré</b>	ALIF	<b>Filipe Sousa</b>	Mercadona
<b>Tiago Silva Lopes</b>	Altice Portugal	<b>Sofia Alves</b>	JRC-Construção e Obras Públicas
<b>Ana Luísa Carvalho de Sousa</b>	ANIVEC/APIV	<b>Cristina Monteiro</b>	NERGA
<b>Carla Maria Ferreira Pinto</b>	APCC	<b>Leonor Sottomayor</b>	SONAE
<b>João Vaz Tomé</b>	APED	<b>Frederico Mota</b>	SONAE
<b>Gonçalo Lobo Xavier</b>	APED	<b>Afonso Pereira</b>	SONAE
<b>Holden Carvalho</b>	Associação dos Comerciantes do Porto	<b>António Sousa Patrício</b>	SUGAL
<b>Patrícia Piedade Madeira</b>	Banco Santander Totta	<b>Lúcia Cavaleiro</b>	Tabaqueira
<b>Vasco Almeida</b>	Caixa Económica Montepio Geral	<b>Alexandre Bastos</b>	TRIVALOR

## 10. Conselho do Ensino Superior, Investigação e Inovação

**Presidente:** *Isabel Capelo Gil*

**Vice-Presidente:** *Kevin McGuinness (TRIVALOR) e Francisca Leite (convidado)*

O Conselho do Ensino Superior, Investigação e Inovação é um órgão consultivo da CIP – Confederação Empresarial de Portugal que tem como missão contribuir para a competitividade de Portugal e o crescimento económico do País através da promoção de políticas e estratégias de investigação focadas no incentivo à inovação e à criação de parcerias entre universidades e instituições de investigação e o tecido empresarial.

O CESII está consciente de que no mercado global a geração de conhecimento inovador ancorado em instituições de I&D ágeis e de qualidade é determinante para a competitividade do tecido empresarial e para a geração de valor económico e social. As instituições de ensino superior e as suas unidades de investigação estão no centro do ecossistema de ciência e inovação do País, formando talento, promovendo a criatividade e produzindo conhecimento científico que apoia a inovação de processos e a criação de novos produtos nas empresas.

Num momento de mudança de um modelo económico de base produtiva para um modelo económico ancorado na economia do conhecimento, a competitividade do País estará diretamente dependente das medidas que lhe permitirem transferir o conhecimento científico produzido para a inovação empresarial, a forma como conseguir reter o talento e perfilar-se como economia de alto valor acrescentado. Para tal, exige-se o desenvolvimento de políticas que promovam uma forte relação entre Instituições de Ensino Superior e empresas, que potenciem o desenvolvimento de um espírito e de um ambiente empreendedores nas universidades, e a promoção de atividades de I&D dentro das empresas.

Esta relação recíproca deve, por um lado, acompanhar aquilo que são os grandes eixos de desenvolvimento de base científica e tecnológica, como a descarbonização e a transição energética, a promoção da economia circular e da economia de base biológica, e ainda considerar os avanços da IA e o seu impacto social, económico e ético. Por outro, acompanhar a necessidade de capacitação das instituições e de retenção de talento nacional, e internacional, através de incentivos justos e de estratégias de desenvolvimento com propósito que permitam ao mesmo tempo capacitar os territórios e aplicar políticas de crescimento inteligente e especializado.

O CESII constitui uma plataforma de promoção de diálogo entre empresas e instituições de ensino superior, propondo medidas que potenciem o crescimento a partir do reforço da economia do conhecimento. Para a prossecução dos seus objetivos, o CESII poderá promover estudos e análises, propor uma agenda de inovação e medidas de ação.

**Membros:**

<b>Pedro Fraga</b>	AE Braga	<b>Inês Rocha de Gouveia</b>	Banco Santander Totta
<b>Manuel Luis Castro Ribeiro</b>	AERLIS	<b>João Norte</b>	BIAL - Portela & Ca., SA
<b>Carlos Cardoso</b>	AESINTRA	<b>Bruno Sommer Ferreira</b>	HyChem - Química Sustentável
<b>Susana Leitão</b>	AHRESP	<b>Pedro Matias</b>	ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade
<b>Eloi Guterres</b>	ANETIE	<b>Lúcia Cavaleiro</b>	Tabaqueira II, S.A.
<b>Ruben Miguel Silva</b>	ANNEIDE	<b>Paula Alves</b>	Convidado
<b>Filipa Barbosa</b>	ANPL	<b>Maria José da Silva Fernandes</b>	Convidado
<b>João Rui Gomes da Silva Ferreira</b>	APCOR	<b>António Sousa Pereira</b>	Convidado
<b>Emídio Santos</b>	APDC	<b>Paulo Jorge Ferreira</b>	Convidado
<b>Maria José Ferreira</b>	APICCAPS	<b>Hermínia Vasconcelos Vilar</b>	Convidado
<b>João Pedro Mendes de Almeida Lopes</b>	APIFARMA	<b>João Paulo Crespo</b>	Convidado
<b>Marta Feio</b>	ATIC	<b>Claúdio Sunkel</b>	Convidado
<b>Margarida Mateus</b>	ATIC	<b>Soledade Duarte</b>	Convidado



## 11. Conselho para a Atração de IDE

**Presidente:** *Miguel Frasquilho*

**Vice-Presidentes:** *Franquelim Alves, Rui Hortelão, Cristina Rodrigues, Pedro Reis*

O Conselho para a Atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) é um órgão consultivo da CIP – Confederação Empresarial de Portugal que tem como desígnio apresentar medidas que melhorem a atratividade e competitividade da economia portuguesa, e que tornem o nosso tecido empresarial mais resiliente.

É hoje constatável que só com uma economia mais competitiva e atrativa será possível elevar a criação de riqueza e emprego para patamares que proporcionem a tão desejada melhoria de vida sustentável da população.

O Conselho conta já com membros de uma grande diversidade de formação e de percursos, como advogados, economistas, engenheiros e gestores, entre outros, o que constitui um grande valor acrescentado.

O Conselho, tendo já contribuído para a elaboração do Pacto Social apresentado pela CIP no final de setembro de 2023, conta poder apresentar um trabalho mais detalhado em termos de propostas de atração de IDE, em calendário a definir pela Direção da CIP, previsivelmente no segundo trimestre de 2024.

Funcionalmente, o Conselho para a atração de IDE está dividido em quatro grandes áreas funcionais: Eficiência Administrativa, Eficiência das Empresas, Infraestruturas e Grandes Investimentos. Por sua vez, estas quatro grandes áreas estão divididas em cinco subáreas cada uma:

- Eficiência Administrativa – Finanças Públicas, Política Fiscal, Quadro Institucional, Legislação Empresarial, Quadro Societário;
- Eficiência das Empresas – Produtividade e Eficiência, Mercado de Trabalho, Desempenho Financeiro, Práticas de Gestão, Atitudes e Valores;
- Infraestruturas – Infraestruturas Básicas, Infraestruturas Tecnológicas, Infraestruturas Científicas, Saúde e Ambiente, Educação;
- Grandes Investimentos – Produtividade e Eficiência, Quadro Institucional, Política Fiscal, Legislação Empresarial, Práticas de Gestão.

Cada uma destas quatro áreas é coordenada por um vice-presidente:

- Franquelim Alves, Consultor e ex-Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, na área da Eficiência Administrativa;
- Rui Hortelão, CEO da Campline Horses, na área da Eficiência das Empresas;
- Cristina Rodrigues, CEO da Capgemini Portugal, na área das Infraestruturas;
- Pedro Reis, Administrador não Executivo, Consultor Sénior e ex-Presidente da AICEP Portugal Global, na área de Grandes Investimentos.

**Membros:**

<b>João Albuquerque</b>	ACIB	<b>Pedro Lino</b>	Convidado
<b>Daniel Vilaça</b>	AEBraga	<b>Filipa Muñoz de Oliveira</b>	Convidado
<b>Hugo Faria</b>	AERLIS	<b>Gonçalo Vieira da Luz</b>	Convidado
<b>José Manuel da Silva Couto</b>	AFIA	<b>José Inverno</b>	Convidado
<b>Elisabete Rita</b>	AIDA CCI	<b>Ana Filipa</b>	Convidado
<b>Mafalda Gramaxo</b>	AIMMAP	<b>Pedro Cosme</b>	Convidado
<b>César Araújo</b>	ANIVEC/APIV	<b>Catarina Caria</b>	Convidado
<b>Diogo Madeira</b>	APDC	<b>Sara do Ó</b>	Convidado
<b>João Vaz Tomé</b>	APED	<b>Mafalda Rebordão</b>	Convidado
<b>João Ricardo da Vinha Rodrigues da Silva</b>	Banco Santander Totta	<b>Cristina Vaz Tomé</b>	Convidado
<b>Sérgio Oliveira</b>	Deloitte	<b>Gonçalo D'Ávila e Castro</b>	Convidado
<b>Ricardo Santos Lopes</b>	Efacec	<b>António Mira</b>	Convidado
<b>Rui David Fandango Minhós</b>	Tabaqueira II, S.A.	<b>Mário Fortuna</b>	Convidado
<b>Francisco Mendes Palma</b>	Convidado		

## 12. Conselho para a Economia Digital

**Presidente:** *Pedro Duarte*

O Conselho para a Economia Digital é um órgão consultivo da CIP – Confederação Empresarial de Portugal que tem como objetivo promover o desenvolvimento e a competitividade do setor digital em Portugal, ajudando a transição das empresas e da sociedade.

O Conselho reúne representantes de diversas áreas de atividade.

Os principais objetivos do Conselho são:

- Identificar as oportunidades e os desafios da economia digital para as empresas portuguesas, bem como as melhores práticas internacionais;
- Propor medidas e políticas públicas que favoreçam a inovação, a digitalização, a internacionalização e a sustentabilidade do setor digital;
- Estimular a cooperação e a articulação entre os diferentes agentes do ecossistema digital, como empresas, universidades, centros de pesquisa, associações e entidades públicas;
- Contribuir para a sensibilização e a capacitação dos empresários, dos trabalhadores e dos consumidores para os benefícios e os riscos da economia digital.

Os principais temas a debater pelo Conselho são:

- A transformação digital das empresas portuguesas, com foco na adoção de novas tecnologias, no aumento da produtividade, na melhoria dos processos, no comércio eletrónico, na criação de novos produtos e serviços e na geração de valor;
- A regulação do setor digital, com ênfase no impacto da inteligência artificial, na proteção dos dados pessoais, na segurança da informação, na defesa da concorrência e na tributação justa;
- A formação e a qualificação dos recursos humanos para a economia digital, com destaque para o desenvolvimento de competências digitais, a requalificação profissional e a atração de talentos;
- A inclusão e a acessibilidade digital, com atenção para a redução das desigualdades sociais, regionais e de género no acesso e no uso das tecnologias digitais.

**Membros:**

<b>João Albuquerque</b>	ACIB	<b>Francisco Frazão Guerreiro</b>	CERTIF
<b>Filipe Avides Moreira</b>	ACP	<b>Francisco Peixoto</b>	CEVAL
<b>Carlos Vaz</b>	AE Braga	<b>Lara Tropa</b>	Companhia IBM
<b>Pedro Fraga</b>	AE Braga	<b>Sofia Tenreiro</b>	Deloitte Technology
<b>Luís Lobo</b>	AERLIS	<b>João Nascimento</b>	EDP
<b>Ana Reis Mota</b>	AES	<b>Miguel Lança</b>	FARMINVESTE
<b>João Jesus</b>	AESINTRA	<b>Nuno Castro Marques</b>	FNS
<b>Daniel Ribeiro</b>	AGEFE	<b>Pedro Matias</b>	ISQ
<b>Mário Pinho</b>	AI NAVAIS	<b>Francisco d'Almeida</b>	Jerónimo Martins
<b>José Ângelo Pinto</b>	AIMMAP	<b>Mónica Ventosa</b>	Laboratórios Pfizer
<b>Francisco Matos Chaves</b>	Altice Portugal	<b>João Andrade</b>	NERGA
<b>Eloi Guterres</b>	ANETIE	<b>Paulo Pinto</b>	NERLEI
<b>Pascal Ballayer</b>	ANETIE	<b>Filipe Cortez</b>	NERSANT
<b>Octávio Pinto</b>	ANETIE	<b>Luís Manuel Dionísio Marques</b>	Rangel Invest
<b>Marta Azevedo</b>	ANICP	<b>João de Andrade Tavares</b>	RENOVA
<b>Isabel Tato</b>	ANICP	<b>Cláudia Ricardo</b>	Roche
<b>Pedro Carlos Conde Henriques</b>	ANIMEE	<b>Marco Dinis</b>	Siderurgia Nacional
<b>César Araújo</b>	ANIVÉC/APIV	<b>João Queiroz</b>	Siemens
<b>Rui Abreu</b>	ANNEIDE	<b>Hélio Jesus</b>	Siemens
<b>Hugo Condessa</b>	ANPL	<b>Francisco Monteiro</b>	SONAE
<b>Rogério Carapuça</b>	APDC	<b>Lúcia Cavaleiro</b>	Tabaqueira
<b>Sandra Almeida</b>	APDC	<b>Luis Manuel Ferreira</b>	TRIVALOR
<b>Gonçalo Lobo Xavier</b>	APED	<b>Alberto Araújo Lima</b>	Convidado
<b>Rui Martins</b>	APED	<b>Arlindo Oliveira</b>	Convidado
<b>João Vaz Tomé</b>	APED	<b>Miguel Almeida</b>	Convidado
<b>Carlos Silva</b>	APICCAPS	<b>Manuel Ramalho Eanes</b>	Convidado
<b>Paulo Dourado</b>	APIGRAF	<b>Miguel Pina Martins</b>	Convidado
<b>Miguel Pereira</b>	APIMA	<b>Manuel Maria Correia</b>	Convidado
<b>Holden Carvalho</b>	Associação dos Comerciantes do Porto	<b>Luís Filipe Antunes</b>	Convidado
<b>Fátima Rato</b>	ATIC	<b>José Fernando Gonçalves</b>	Convidado
<b>Ricardo Silva</b>	ATP	<b>Graça Canto Moniz</b>	Convidado
<b>Susana Cristina Ferreira</b>	Banco Santander Totta	<b>Gabriel Coimbra</b>	Convidado
<b>Gonçalo Almeida Simões</b>	Biond	<b>Cipriano Sousa</b>	Convidado
<b>Sara Candeias</b>	Caixa Económica Montepio Geral	<b>Bernardo Correia</b>	Convidado
<b>Victor Martins Ferreira</b>	Caixa Geral de Depósitos	<b>Ana Teresa Lehmann</b>	Convidado
<b>Alexandra Queirós</b>	CENTROMARCA	<b>Ricardo Parreira</b>	Convidado

## 13. Conselho para a Economia do Mar

**Presidente:** *Manuel Tarré*

O Conselho para a Economia do Mar visa, resumidamente e no essencial, ouvir as preocupações dos seus diversos membros, debatê-las, elaborar propostas e, desta forma, municiar o Presidente da Direção e demais Órgão Sociais da CIP – Confederação Empresarial de Portugal para a sua ação política em prol dos sectores envolvidos e da economia nacional.

Entre as principais temáticas sobre as quais se debruça este Conselho, existem diversas áreas de expectativa de melhoria, desde os portos, à indústria da pesca, passando por combustíveis alternativos, IVA nos produtos transformados, concessões nas marinas, entre outros, que passamos a elencar:

- «IVA Alimentar»: taxas muito elevadas;
- Projetos de energia renovável que estão previstos para a costa portuguesa (que, no seu conjunto, permitirão atingir, a prazo, a meta de potência de 10 GW);
- Falta de recursos humanos qualificados;
- Concessões portuárias (alongamento dos prazos para 75 anos);
- Necessidade de combustíveis alternativos para os navios e de adaptação dos navios aos mesmos;
- Financiamento – Programa Mar 2030 (ainda não há avisos para submeter candidaturas e, assim, os apoios não estão a chegar às empresas – o que condiciona a transição energética e a digitalização);
- Necessidade de revisão da definição de PME, a nível europeu, uma vez que a definição de uma empresa como PME ou não-PME determina a respetiva elegibilidade para os programas de apoio financiados pela EU;
- Concessões das marinas – foram transferidas para as autarquias, sendo que eram da responsabilidade da DOCAPECA (esta alteração implica a existência de dezenas de interlocutores pois as autarquias passam a querer intervir na gestão);
- Planeamento das áreas marinhas, tendo em conta a proliferação de viveiros *offshore* (que colocam em risco várias rotas de navegação);
- Mineração profunda – iremos ter uma das maiores plataformas do mundo, mas não temos meios para a controlar;
- Região Autónoma da Madeira deveria ter maior responsabilidade sobre o espaço marítimo;
- Falta de apoios para a reindustrialização das indústrias navais;
- Inexistência, em Portugal, de um estaleiro com licença para desmantelamento de navios;
- Entidades públicas com dificuldade em entender assuntos e com falta de recursos humanos.

**Membros:**

<b>João Albuquerque</b>	ACIB	<b>António Castel-Branco</b>	NERA
<b>Carlos Vaz</b>	AEBraga	<b>António Ramirez</b>	Ramirez & Companhia
<b>Cristina Antunes</b>	AEC	<b>Edgar Serrano</b>	SIEMENS
<b>João Tiago Carapau</b>	AERLIS	<b>Frederico Mota</b>	SONAE
<b>Mário Pinho</b>	AI NAVAIS	<b>Nuno Galhardo Leitão</b>	Convidado
<b>José Luís Gramaxo</b>	AICR	<b>Carlos Santos</b>	Convidado
<b>Pedro Jorge Batista da Silva</b>	AIDA CCI	<b>José Ventura de Sousa</b>	Convidado
<b>Luís Ribeiro da Silva</b>	Altice Portugal	<b>João A. Conduto Jr</b>	Convidado
<b>Isabel Tato</b>	ANICP	<b>Mahomed Iqbal</b>	Convidado
<b>António Joaquim Pacheco Ferreira</b>	ANIMEE	<b>Miguel Marques</b>	Convidado
<b>Carlos Leite</b>	APDC	<b>Martinho Fortunato</b>	Convidado
<b>Vasco Almeida</b>	Caixa Económica Montepio Geral	<b>João Rodrigues</b>	Convidado
<b>Isabel Soares Moura</b>	Caixa Geral de Depósitos	<b>António José Correia</b>	Convidado
<b>Paulo Henrique Niza Mariano</b>	CEC/CCIC	<b>António Belmar</b>	Convidado
<b>Francisco Frazão Guerreiro</b>	CERTIF	<b>Fernando Grego Dias</b>	Convidado
<b>Francisco Peixoto</b>	CEVAL	<b>Andreia Ventura</b>	Convidado
<b>José Luís Ceia</b>	CEVAL	<b>Pedro Amaral Frazão</b>	Convidado
<b>Bruno Sommer Ferreira</b>	HyChem	<b>António Maria de Mello</b>	Convidado
<b>Pedro Barraco</b>	Mercadona	<b>Lázaro Delgado</b>	Convidado
<b>Pedro Encarnação</b>	Jerónimo Martins.	<b>Gomes Alves</b>	Convidado

## 14. Conselho para a Regulação e Qualificação das Pessoas

**Presidente:** *Rafael Campos Pereira*

**Vice-Presidentes:** *Luís Miguel Ribeiro (AEP) e Gonçalo Lobo Xavier (APED)*

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal sempre teve e continua a manter um papel fundamental e insubstituível na consolidação de uma economia de mercado e de uma sociedade livre e democrática em Portugal.

Nesse âmbito, o seu trabalho tem sido altamente relevante em inúmeros domínios, desde a concertação social e a contratação coletiva à formação e qualificação dos recursos humanos, passando pela justiça, pela propriedade industrial ou pela internacionalização da economia.

Os Conselhos da CIP podem e devem ser um instrumento essencial na definição da doutrina e da estratégia da Direção da Confederação.

Em concreto, o Conselho para a Regulação e a Qualificação das Pessoas visa ajudar a densificar o pensamento estratégico da CIP em vertentes decisivas para a competitividade das empresas em Portugal.

Por um lado, irá procurar conceber e propor medidas suscetíveis de diminuir os constrangimentos causados à atividade empresarial pelas deficiências da regulação, aí incluindo temas de enorme relevância como a justiça e os assuntos laborais.

Por outro lado, estará igualmente orientado para a criação e o aperfeiçoamento de instrumentos que venham a conferir maior eficácia à formação e à qualificação das pessoas, potenciando um impacto superior na sociedade e nas empresas.

Antevemos com entusiasmo que será possível construir algo de muito significativo no âmbito dos trabalhos deste Conselho para a Regulação e a Qualificação das Pessoas.

Na verdade, tem sido possível reunir um conjunto importante de pessoas com pensamento relevante na sociedade portuguesa, que, com grande generosidade, aceitaram acrescentar valor a esta iniciativa.

Durante o atual mandato dos órgãos sociais da CIP, o propósito deste Conselho será obviamente o de saber aproveitar a massa crítica que o compõe e dessa forma ser capaz de ajudar a CIP e o seu Presidente a terem ainda mais sucesso na missão de defender as empresas, a livre iniciativa e a economia de mercado.

**Membros:**

<b>Adolfo Mesquita Nunes</b>	Convidado	<b>Adão Ferreira</b>	AFIA
<b>Clara Marques</b>	Convidado	<b>Daniel Ribeiro</b>	AGEFE
<b>Gregório Rocha Novo</b>	Convidado	<b>Nuno Santo</b>	ANEME
<b>João Girão</b>	Convidado	<b>Ana Luísa Carvalho de Sousa</b>	ANIVÉC/APIV
<b>João Neves</b>	Convidado	<b>João Vaz Tomé</b>	APED
<b>João Silveira Lobo</b>	Convidado	<b>Rui Martins</b>	APED
<b>João Tiago Silveira</b>	Convidado	<b>Rita Souto</b>	APICCAPS
<b>José Carlos Caldeira</b>	Convidado	<b>Albertina Sequeira</b>	APICER
<b>Leonardo Mathias</b>	Convidado	<b>Jorge Lopes</b>	APIGRAF
<b>Leonor Sottomayor</b>	Convidado	<b>João Pedro Capa</b>	ATIC
<b>Luís Paes Antunes</b>	Convidado	<b>Ana Paula Dinis</b>	ATP
<b>Mafalda Gramaxo</b>	Convidado	<b>Sara Eusébio da Fonseca</b>	Banco Santander Totta
<b>Manuel Cavaleiro Brandão</b>	Convidado	<b>Francisco Frazão Guerreiro</b>	CERTIF
<b>Manuel Grilo</b>	Convidado	<b>Francisco Peixoto</b>	CEVAL
<b>Miguel Gil Mata</b>	Convidado	<b>Susana Teixeira</b>	Mercadona
<b>Paula Ponces Camancho</b>	Convidado	<b>Susana Correia de Campos</b>	Jerónimo Martins
<b>Paulo Rios de Oliveira</b>	Convidado	<b>Sara Leal</b>	NERGA
<b>Pedro Furtado Martins</b>	Convidado	<b>Luís Morais</b>	Siderurgia Nacional
<b>João Albuquerque</b>	ACIB	<b>Helena Santos</b>	Siderurgia Nacional
<b>Maria José Barros</b>	ACP	<b>Frederico Mota</b>	SONAE
<b>Silvina Alves</b>	AE Braga	<b>Francisco Monteiro</b>	SONAE
<b>António Maria de Sousa</b>	AERLIS	<b>Gonçalo Santos</b>	SUGAL
<b>Ana Reis Mota</b>	AES	<b>Maria de Fátima Portulez</b>	TRIVALOR



## 15. Conselho para a Sustentabilidade das Contas Públicas

**Presidente:** *Oscar Gaspar*

A situação das contas públicas é, reconhecidamente, uma componente essencial do enquadramento macroeconómico de cada País. Os indicadores básicos do défice orçamental e da dívida (e outros como os do peso da despesa pública e da carga fiscal no PIB, por exemplo) servem para comparações internacionais e para a reputação financeira do País e têm impacto direto no custo da dívida e na atratividade de capitais decorrente da sustentabilidade.

A nível interno, o desempenho das contas públicas tem como reflexo direto a fiscalidade (direta e indireta), a capacidade de investimento em infraestruturas públicas, o funcionamento da administração pública, a repartição intergeracional de rendimentos e a coesão. Mas é sabido que a política orçamental tem também um impacto fundamental na economia, pela afetação de fundos a determinadas políticas, pelo impacto da gestão remuneratória da administração pública, pela gestão dos bens públicos (em sentido económico), pelo efeito multiplicador que pode induzir, pelo impacto nas taxas de juro aplicadas à economia real, etc.

Na ótica da CIP – Confederação Empresarial de Portugal, o acompanhamento das finanças públicas deve acontecer numa ótica de análise do seu impacto na atividade económica e nas empresas. Os Associados da CIP têm acesso às informações de fonte oficial sobre a evolução orçamental em Portugal e na UE mas será importante fazer a sua leitura pelos olhos das empresas.

Este Conselho para a Sustentabilidade das Contas Públicas não pretende ser um gabinete de estudos nem vai competir com outras entidades na produção ou análise de estatísticas, mas antes vai acrescentar valor às empresas e à CIP pela perspetiva empresarial com que se vai apreciar a política orçamental.

Assim, no âmbito deste mandato do Conselho para a Sustentabilidade das Contas Públicas pretende atingir os seguintes objetivos:

- i. Analisar do Orçamento de Estado de cada ano na perspetiva do seu efeito macroeconómico e no ecossistema das empresas;
- ii. Analisar trimestralmente a execução orçamental (nomeadamente investimento, carga fiscal e desvios) no sentido de dotar a Direção da CIP de elementos e argumentos para a tomada de posição sobre os impactos gerados na economia;
- iii. Refletir sobre as trajetórias previstas para a dívida pública e, em articulação com a academia e centros de estudos de empresas portuguesas, estudar os seus impactos sobre a economia e as empresas;
- iv. Contribuir de forma sistematizada para as propostas que a CIP apresenta em sede de discussão de cada Orçamento do Estado;
- v. Organizar um evento com o Banco de Portugal, ASF, CMVM (por exemplo, aquando da publicação do Procedimento por Défices Excessivos) sobre o impacto do enquadramento orçamental no desempenho da economia portuguesa (e vice-versa).

**Membros:**

<b>Fernando Lopes</b>	AEBraga	<b>Jorge Barros Luís</b>	Caixa Económica Montepio Geral
<b>Célia Custódio</b>	AERLIS	<b>João Sá Nogueira</b>	MSD
<b>José Ângelo Pinto</b>	AIMMAP	<b>Carlos Mendes</b>	NERSANT
<b>Rui António Constantino</b>	Banco Santander Totta		

## 16. Conselho para as Relações Internacionais

**Presidente:** *Manuel Carlos*

**Vice Presidente:** *Rodolfo Lavrador* (Caixa Geral de Depósitos) e *Alberto João Coraceiro de Castro* (Convidado)

O Conselho para as Relações Internacionais da CIP – Confederação Empresarial de Portugal tem como objetivo o estudo das diversas matérias no âmbito das relações internacionais e o seu impacto na economia e nas empresas, emitindo pareceres ou propostas à Direção da CIP.

O Conselho prepara posições sobre relações internacionais e cooperação e desenvolvimento, bem como todas as iniciativas europeias e nacionais com impacto nestas questões, e propõe à Direção ações concretas com vista à partilha de informação com Associados, a elaboração de estudos e documentos estratégicos, a adoção de orientações, a realização de eventos empresariais e a identificação de estratégias, obstáculos e oportunidades para a internacionalização das empresas portuguesas.

O CRI deverá contribuir para uma maior capacitação da CIP na defesa dos interesses das empresas portuguesas no contexto internacional, em particular no âmbito das diversas organizações nacionais e internacionais em que se encontra representada, nomeadamente no Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia, no Comité de Relações Internacionais da BusinessEurope (BE), nos grupos de trabalho do Business at OECD (BIAC), e no CEIB – Conselho de Empresários Ibero-americanos.

Para o mandato de 2023-2027, o trabalho do CRI irá incidir sobre o reforço da internacionalização da economia portuguesa, condição essencial para que o País possa criar riqueza e elevar o seu nível de desenvolvimento.

O Conselho pretende produzir conhecimento que se possa traduzir num crescimento do peso das exportações nacionais no PIB que esteja acima da média da UE. Para tal, caberá ao CRI ouvir as empresas, instituições públicas e outras entidades relevantes e apresentar elementos estratégicos, estudos e pareceres que visem uma melhor utilização dos instrumentos legislativos disponíveis, a melhoria das políticas públicas setoriais, aperfeiçoar o ecossistema e a convergência entre empresas, associações empresarias e entidades públicas governamentais.

Entre os principais temas a abordar figuram:

- A rede de acordos de comércio da EU;
- Os incentivos à internacionalização;
- A diversificação de mercados para exportação;
- As barreiras ao comércio internacional;
- As políticas de ajuda ao desenvolvimento.

**Membros:**

<b>Miguel Santos</b>	ABIMOTA	<b>Cláudia Pinto</b>	APICCAPS
<b>João Fernandez Cardoso de Albuquerque</b>	ACIB	<b>Martim Chichorro</b>	APICER
<b>Miguel Leichsenring Franco</b>	ACP	<b>Paulino Pinto Ribeiro</b>	APIGRAF
<b>Tito Silva</b>	AE Braga	<b>Fátima Rato</b>	ATIC
<b>Paulo Vasconcelos Afonso</b>	AERLIS	<b>Jorge Pereira</b>	ATP
<b>João Manuel Pereira Valença</b>	AEVC	<b>Teresa Carvalho</b>	Banco Santander Totta
<b>Adão Ferreira</b>	AFIA	<b>Thorsten Kotschau</b>	CCILA
<b>José Luís Guerreiro Gramaxo</b>	AICR	<b>Paulo Azevedo</b>	CCILA
<b>Elisabete Fidalgo Rita</b>	AIDA CCI	<b>José Luís da Rocha Ceia</b>	CEVAL
<b>Sofia Veloso Ferreira</b>	AIMMAP	<b>Maria Marta Geraldés</b>	EDP
<b>Paulo Barradas</b>	ANEME	<b>Ricardo Santos Lopes</b>	Efacec Power Solutions
<b>Pascal Ballayer</b>	ANETIE	<b>Ana Maria Proença Fonseca Couras</b>	FIOVDE
<b>Marta Azevedo</b>	ANICP	<b>Arnaldo Figueiredo</b>	Mota-Engil
<b>Isabel Tato</b>	ANICP	<b>Paulo Gonçalves</b>	NERGA
<b>José Carlos da Silva Castanheira</b>	ANIVÉC/APIV	<b>Elsa Nicolau</b>	NERLEI
<b>João Monteiro</b>	ANPL	<b>António Pedroso Leal</b>	NERSANT
<b>Cláudia Pimenta</b>	APCOR	<b>Frederico Mota</b>	SONAE
<b>Gonçalo Lobo Xavier</b>	APED	<b>Rui Boavida</b>	Tabaqueira

## 17. Conselho para os Assuntos Fiscais e Segurança Social

**Presidente:** *Diogo Bernardo Monteiro*

O sistema fiscal e parafiscal é crescentemente central revelando o seu carácter decisivo enquanto pilar da sustentabilidade do Estado Social, ao mesmo tempo que procura ser um catalisador do desenvolvimento económico. As diferentes opções políticas devem, assim, encontrar o possível e difícil equilíbrio ou idealmente convergência entre a satisfação das necessidades públicas e o desejável enquadramento fiscal que promova o crescimento.

Ao mesmo tempo, apenas a estabilidade do sistema fiscal permite um planeamento estruturado e a realização de investimentos com a necessária segurança e redução de riscos imprevisíveis, particularmente no atual contexto de instabilidade internacional e incerteza política interna.

É, assim, fácil de antever que a reflexão sobre opções de política fiscal e parafiscal encerra hoje desafios acrescidos, a que se junta a volatilidade da realidade nacional e internacional.

De entre as atribuições e responsabilidades da CIP – Confederação Empresarial de Portugal destaca-se a sua contribuição para o desenvolvimento económico, apoiando e defendendo os interesses das empresas, no quadro do diálogo social. É neste contexto que a atuação do Conselho para os Assuntos Fiscais e Segurança Social pode ser decisiva ao configurar-se, por um lado, como observatório da realidade fiscal e parafiscal do prisma das empresas e, por outro, enquanto fórum privilegiado para a discussão e reflexão sobre aquelas que poderão ser as opções de política fiscal e parafiscal que melhor respondam ao desafio do crescimento económico.

Em concreto, projeta-se, assim, que o exigente mandato do Conselho para os Assuntos Fiscais e Segurança Social, em estreita interação com a Direção da CIP, assuma as seguintes responsabilidades:

- i. Analisar e monitorizar o impacto do sistema fiscal e parafiscal na atividade das empresas, identificando aspetos particularmente críticos e que constituam obstáculos ao desenvolvimento económico;
- ii. Discutir, elaborar e apresentar propostas fiscais e parafiscais concretas, que respondam às necessidades das empresas, contribuindo para a solidez da atuação da Direção da CIP nestas áreas;
- iii. Examinar e pronunciar-se sobre medidas fiscais e parafiscais em discussão pública, promovendo a sua reflexão crítica.

**Membros:**

<b>Paulo Cruz</b>	ABIMOTA	<b>Luís Graça Moura</b>	Banco BPI
<b>Jorge Macedo</b>	ACP	<b>Hugo Miguel Albuquerque</b>	Banco Santander Totta
<b>Manuel Cordeiro</b>	ADIFA	<b>Pedro Pimentel</b>	CENTROMARCA
<b>Rui Marques</b>	AEBraga	<b>Luís Belo</b>	Deloitte Technology
<b>Rui Jorge Rego</b>	AERLIS	<b>Luís Reis Sobral</b>	FARMINVESTE
<b>Ana Reis Mota</b>	AES	<b>Andreia Cruz</b>	Mercadona
<b>Adão Ferreira</b>	AFIA	<b>Susana Teixeira</b>	Mercadona
<b>André Jorge</b>	AGEFE	<b>Rita Marques</b>	Jerónimo Martins
<b>Helena Maria Jacinto Ferreira</b>	AIDA CCI	<b>Sofia Alves</b>	JRC-Construção e Obras Públicas
<b>José Ângelo Pinto</b>	AIMMAP	<b>Luís Miguel Sousa</b>	Mota-Engil
<b>Gonçalo Camolino</b>	Altice Portugal	<b>Augusto Ramos</b>	NERA
<b>Andreia Fortes</b>	ANEME	<b>Orlando Cordeiro</b>	NERGA
<b>Sérgio Vieira</b>	ANETIE	<b>António Andrade Tavares</b>	RENOVA
<b>Manuela Folhadela</b>	ANIVEC/APIV	<b>Marco Dinis</b>	Siderurgia Nacional
<b>Orlando Monteiro da Silva</b>	ANPL	<b>Luís Morais</b>	Siderurgia Nacional
<b>João Ascenso</b>	ANPL	<b>Afonso Pereira</b>	SONAE
<b>Rui Martins</b>	APED	<b>Frederico Mota</b>	SONAE
<b>António Oliveira</b>	APICER	<b>Paulo Coelho</b>	SUGAL
<b>Teresa Borba</b>	APIGRAF	<b>Isabel Bessa Gomes</b>	Tabaqueira
<b>Luís Almeida</b>	APIMA	<b>Joaquim Dias Cabaço</b>	TRIVALOR
<b>Miguel Guimarães</b>	APS	<b>Joaquim Camilo</b>	Convidado
<b>João Costa</b>	ATP		

## 18. Conselho Regional

**Presidente:** *Luís Miguel Ribeiro*

O Conselho Regional da CIP – Confederação Empresarial de Portugal pretende ser um espaço de análise e debate, ao qual compete elaborar propostas de decisão, recomendações e pareceres a submeter à Direção da CIP sobre matérias do interesse das Regiões nele representadas.

O Conselho integra Associados representativos de Regiões, podendo, também, integrar entidades parceiras e individualidades de reconhecido mérito nesse âmbito.

As Associações Empresariais Regionais, devido à sua forte presença no território e à grande proximidade e conhecimento do tecido empresarial das Regiões onde atuam, apresentam um enorme potencial para ocupar uma posição de destaque na política regional. É objetivo deste Conselho defender essa posição junto dos decisores políticos, e reforçar o papel destas Associações como importantes elos de ligação entre as entidades públicas e a execução de políticas no terreno, junto do tecido empresarial.

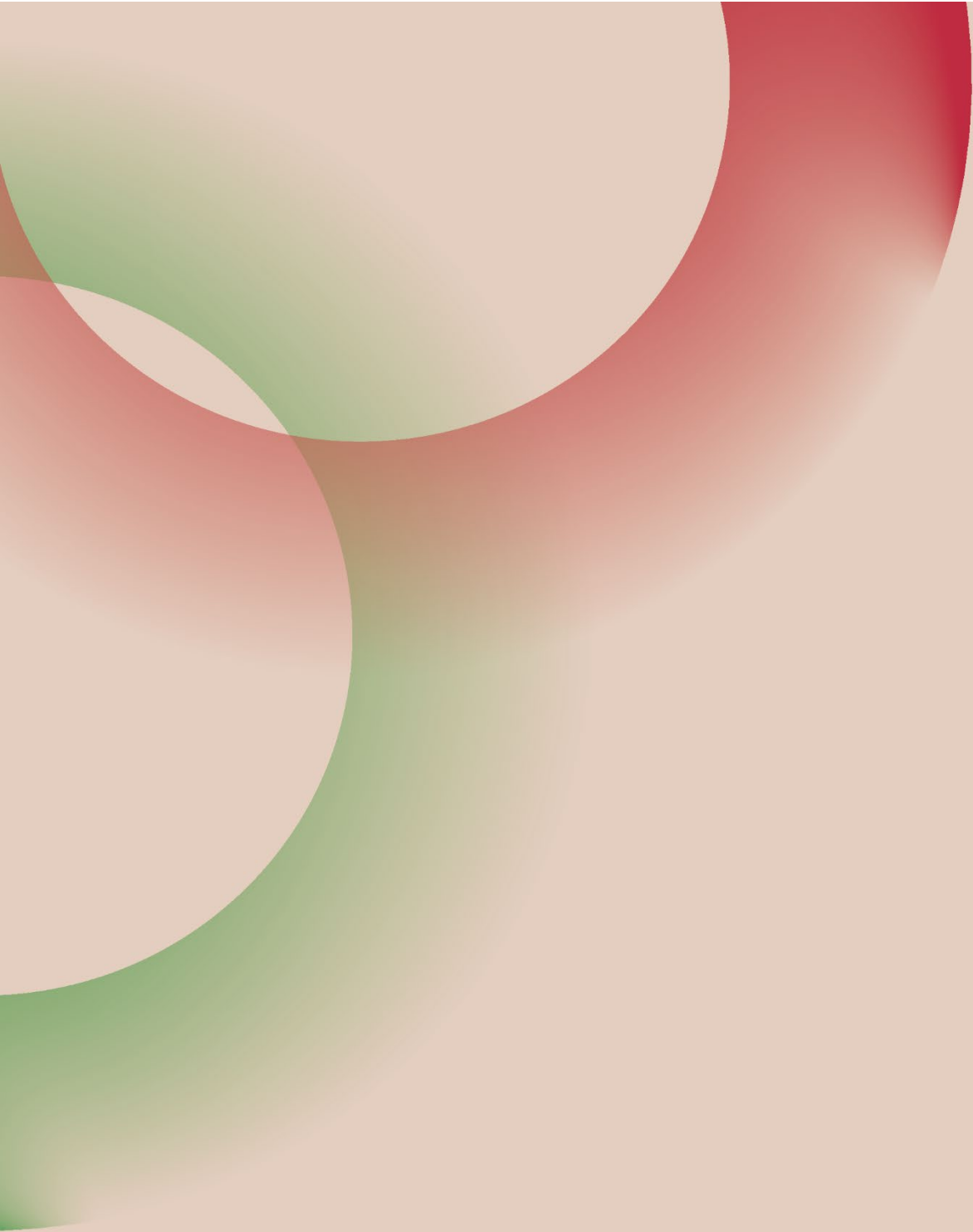
O Conselho Regional propõe-se abordar diversas temáticas relevantes, entre as quais se destacam as seguintes:

- Desenvolvimento do projeto de uma lei de bases, conferindo um enquadramento legal específico para o Movimento Associativo Empresarial;
- Apresentação desta proposta num périplo de reuniões por todo o território;
- Renovação da aplicação do Referencial CIP para o Movimento Associativo Empresarial Regional;
- Análise, debate e elaboração de recomendações / propostas de decisão sobre o tema «Reforçar e federar o movimento associativo», constante do programa eleitoral dos Órgãos Sociais da CIP eleitos para o Quadriénio 2023-2027;
- Aprofundamento da cooperação entre as entidades públicas regionais e/ou locais (CCDRs; CIMs; ...) e as Associações Empresariais Regionais

**Membros:**

<b>Hugo Coutinho Almeida</b>	ABIMOTA	<b>Rogério Manuel dos Santos Hilário</b>	CEC
<b>João Albuquerque</b>	ACIB	<b>Francisco Peixoto</b>	CEVAL
<b>Rui Marques</b>	AEBraga	<b>José Luís da Rocha Ceia</b>	CEVAL
<b>Ana Cristina Palmeira de Oliveira</b>	AEBB	<b>Vítor José Cabrita Neto</b>	NERA
<b>Cristina Antunes</b>	AEC	<b>David da Costa Simão</b>	NERBE/AEBAL
<b>Rui Jorge Rego</b>	AERLIS	<b>Orlando dos Santos Faisca</b>	NERGA
<b>Fernando Paiva de Castro</b>	AIDA CCI	<b>António Poças</b>	NERLEI
<b>Jorge Patrício</b>	Altice Portugal	<b>António Sousa Patrício</b>	SUGAL
<b>José Carlos da Silva Castanheira</b>	ANIVVEC/APIV	<b>Vítor Armando Coelho</b>	The Navigator Company
<b>Rubens Carvalho</b>	Associação dos Comerciantes do Porto		





**CIP**

CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL  
DE PORTUGAL